

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

DIREÇÃO NACIONAL

UNIDADE ORGÂNICA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA



Programa do Procedimento

Concurso Público n.º 37/DAC/2019

Contratação de aquisição de serviços de recolha,
transporte e destruição de veículos em fim de vida,
material ferroso e não ferroso, e cartão

Programa do Procedimento

Artigo 1.º

Identificação e objeto do procedimento

O presente concurso público tem por objecto a contratação de aquisição de serviços de recolha, transporte e destruição de veículos em fim de vida, material ferroso e não ferroso, e cartão, por lotes, em conformidade com as disposições do caderno de encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é a Polícia de Segurança Pública (PSP), em representação do Estado Português, com o número de identificação fiscal, 600 006 662, sita no Largo da Penha de França, n.º 1, em Lisboa, com o código postal 1199-010 Lisboa.
2. O serviço responsável pelo procedimento é a Divisão de Aquisições e Contratos, do Departamento de Logística da Direção Nacional da PSP, sito na Avenida António Augusto Aguiar, n.º 20, 8.º andar, em Lisboa, com o código postal 1050-016 Lisboa.

Artigo 3.º

Órgão Competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Excelentíssimo Senhor Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Logística e Finanças, da Direção Nacional da PSP, Superintendente-Chefe, José Emanuel de Matos Torres, por despacho exarado em 23 de Abril de 2019, no âmbito das competências que lhe foram subdelegadas.

Artigo 4.º

Disponibilização e acesso ao procedimento

O presente procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma eletrónica de contratação pública VortalGOV, com o endereço electrónico www.vortalgov.pt, e também aí será integralmente disponibilizado.

Artigo 5.º

Divisão por Lotes

O fornecimento dos bens e serviços objeto do procedimento será dividida por lotes, considerando os vários distritos do território continental e as regiões autónomas, nos seguintes termos:

Lotes	Distritos / Regiões Autónomas
Lote 1	Viana do Castelo
Lote 2	Vila Real
Lote 3	Bragança
Lote 4	Braga
Lote 5	Porto
Lote 6	Viseu
Lote 7	Guarda
Lote 8	Aveiro
Lote 9	Coimbra
Lote 10	Leiria
Lote 11	Santarém
Lote 12	Castelo Branco
Lote 13	Portalegre
Lote 14	Lisboa
Lote 15	Setúbal
Lote 16	Évora
Lote 17	Beja
Lote 18	Faro
Lote 19	Madeira
Lote 20	Açores

Artigo 6.º

Concorrentes

1. No presente procedimento podem participar como concorrentes quaisquer entidades, pessoa singular ou coletiva, desde que não se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP.
2. Os concorrentes deverão estar devidamente certificados pela Agência Portuguesa do Ambiente, de acordo com os normativos em vigor, através do alvará de licença, válido, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, assim como outras certificações legalmente exigidas.
3. Deve ainda ser observado o previsto no artigo 54.º do CPP em caso de adjudicação a um agrupamento de pessoas coletivas, pelo que todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 7.º

Documentos de habilitação

1. Os documentos constantes do artigo 81.º do CCP, conjugado com o artigo n.º 2 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro, deverão ser entregues quando solicitados pela entidade adjudicante, em fase notificação da adjudicação.
2. Os mesmos devem ser entregues, 5 (cinco) dias após a notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço eletrónico www.vortalgov.pt.
3. O prazo para a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possa levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP é de 3 (três) dias úteis, contados da respetiva notificação.
4. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro.
5. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos nas alíneas a) do n.º 1 do artigo do artigo 81.º do CCP, conjugado com o artigo n.º 6 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 8.º

Condições e elementos da proposta

1. A proposta é a declaração pela qual os concorrentes manifestam a disponibilidade de se vincularem contratualmente com a entidade adjudicante.
2. A proposta, nos termos do artigo 57.º do CCP, deverá ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a) Declaração do concorrente da aceitação do conteúdo do caderno de encargos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do presente programa do procedimento;
 - b) Documento que integre as seguintes condições e elementos, para cada lote a que concorre, nos termos do **Anexo II (minuta da proposta) / documento em Excel**;
 - c) Outros elementos ou documentos que considerar convenientes.
3. A omissão de qualquer dos documentos acima discriminados será factor de exclusão.
4. Os preços apresentados pelo (s) concorrente (s) devem respeitar o previsto no artigo 60.º do CCP, sendo líquidos, incluindo todos os custos respeitantes ao levantamento e desmantelamento dos bens objecto do concurso, bem como, transporte dos mesmos, seguros, e outros encargos inerentes, e manter-se-ão inalteráveis durante a vigência do respetivo contrato.
5. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial

indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

7. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 do artigo 57.º do CCP devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.

9. Integram também a proposta, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por considerar indispensáveis para efeito do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e que o concorrente considere relevantes para apreciação da mesma.

10. A omissão de qualquer dos elementos acima discriminados será fator de exclusão.

Artigo 9.º

Idioma

A proposta e os documentos que a acompanham assim como todos os documentos de habilitação do adjudicatário, nos termos dos artigos 58.º e 82.º, ambos do CCP, conjugados com o artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro, devem ser redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.

Artigo 10.º

Proposta Variante

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do concurso

1. Durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito através da plataforma eletrónica VortalGOV, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 50.º do CCP.

2. A prestação de esclarecimentos e as pronúncias sobre os erros e omissões identificados, a que se refere o número anterior, serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação VortalGOV, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso nos termos e no prazo previstos no número anterior.

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 64.º, quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

5. Os esclarecimentos prestados e as retificações de erros ou omissões efetuadas serão disponibilizados na plataforma eletrónica VortalGOV e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados que as tenham adquirido.

6. Os referidos esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 12.º

Prazo de apresentação e assinatura das propostas

1. A proposta deve ser apresentada até às 18 horas do 33.º dia a contar da data de publicação do anúncio no Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do CCP.

2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortal, devendo cumprir com o solicitado nas peças procedimentais.

3. Quando pela sua natureza qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, pode ser entregue diretamente ou enviado por correio registado, como indicado no artigo 62.º do CPP, nas seguintes condições:

- a) Deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser indicada a designação do Procedimento, o nome ou denominação social do concorrente ou, se for o caso, dos membros do agrupamento concorrente;
- b) A receção tem que ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) A receção será registada com referência à data e hora em que for recebido.

Artigo 13.º

Prorrogação do prazo para apresentação das propostas

1. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o órgão competente para a decisão de contratar poderá prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas pelo período considerado adequado, o qual aproveitará todos os interessados.

2. As decisões relativas a prorrogações do prazo de apresentação das propostas serão juntas às peças do concurso e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido.

Artigo 14.º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do artigo 65.º do CCP.

Artigo 15.º

Consulta da lista dos concorrentes e das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas disponibilizará, através da plataforma eletrónica VortalGOV, no sítio www.vortalgov.pt, a lista dos concorrentes que apresentaram propostas.

2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo.

Artigo 16.º

Critério de adjudicação, avaliação das propostas e critério de desempate

1. O critério de adjudicação considerado para o presente procedimento é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade do maior preço proposto pelos concorrentes.

2. As adjudicações far-se-ão a um só concorrente por lote e conforme descrito no caderno de encargos, tendo em conta os seguintes factores, por ordem decrescente de importância e com a incidência percentual e ponderação correspondente que se indica:

a) Factores do critério de adjudicação:

Factores		Unidade de Compra	Ponderação
1	Veículos de quatro rodas	Veículo	45%
2	Veículos de duas rodas	Veículo	20%
3	Ferro	Quilograma	5%
4	Alumínio	Quilograma	5%
5	Cobre	Quilograma	5%
6	Baterias (chumbo)	Quilograma	5%
7	Motores e caixas de velocidades	Quilograma	5%
8	Cartuchame	Quilograma	5%
9	Cartão	Quilograma	5%

b) A quantificação do mérito das propostas será realizada de forma linear e de acordo com a aplicação da seguinte fórmula matemática:

Avaliação: $(\text{Limf} - ((\text{Limf} - \text{Lsup}) \times (\text{Fx} - \text{Fb}) / (\text{Fa} - \text{Fb}))) \times \text{Ponderação}$		
Lsup=	Limite superior da pontuação	20
Limf=	Limite inferior da pontuação	0
Fx=	Preço proposto	Variável
Fa=	Maior valor considerável (s/IVA)	→
Fb=	Menor valor considerável (s/IVA)	→

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	350,00 €	100,00 €	0,50 €	2,00 €	7,50 €	2,00 €	0,80 €	3,00 €	0,06 €
	70,00 €	20,00 €	0,10 €	0,40 €	1,50 €	0,40 €	0,16 €	0,60 €	0,01 €
	Veículo 4R ⁽¹⁾	Veículo 2R ⁽²⁾	Ferro	Alumínio	Cobre	Baterias ⁽³⁾	Motores/CV ⁽⁴⁾	Cartucho	Cartão

⁽¹⁾ Veículos de quatro rodas;

⁽²⁾ Veículos de duas rodas;

⁽³⁾ Baterias (chumbo);

⁽⁴⁾ Motores e caixas velocidades.

c) O valor final da apreciação/mérito atribuído a cada proposta decorrerá do somatório da apreciação de todos os factores, considerando-se proposta economicamente mais vantajosa, a que, comparativamente, apresentar maior valor, depois de calculada a percentagem de cada factor e somada cada pontuação parcelar.

3. Em caso de empate no valor apresentado, prevalecerá a proposta da concorrente que apresentar a proposta com maior preço unitário para o primeiro material referenciado, estendendo-se a mesma metodologia para os materiais seguintes, até que igualdade se desfaça.

Artigo 17.º

Análise e exclusão de propostas

1. Na fase de análise das propostas, o júri do procedimento elabora o relatório preliminar, nos termos do artigo 146.º do CCP.
2. Serão excluídas as propostas que não sejam apresentadas de acordo com termos gerais do CCP, os artigos do presente programa do procedimento e das demais disposições legais.
3. Particularmente serão excluídas as que:
 - a) Apresentem documentos que não contenham os atributos, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução, submetidos à concorrência pelo caderno de encargos;
 - b) Apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar, por aquele não submetidos à concorrência;
 - c) Apresentem os respetivos atributos de modo a impossibilitar a sua avaliação;
 - d) Apresentem um preço inferior ao menor valor considerável ou superior ao maior valor considerável (sem IVA incluídos), nos termos do presente programa de concurso;
 - e) Sejam apresentadas fora do prazo fixado;
 - f) Não cumpram o disposto nos artigos 57.º e 58.º do CCP;
 - g) Não observem as formalidades de apresentação fixadas neste concurso;
 - h) Apresentem documentos falsos ou falsas declarações;
 - i) Violem as normas legais consagradas no CCP;
 - j) Não incluam os documentos anexos obrigatórios;
 - k) Que não estejam devidamente assinadas e/ou datadas.

2. Cumpridas as formalidades previstas na lei, a escolha do adjudicatário far-se-á de acordo com o artigo anterior, com base no critério de avaliação.

Artigo 18.º

Notificação da adjudicação

1. A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final de análise das propostas, é notificada, simultaneamente, ao adjudicatário e aos concorrentes preteridos.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 7.º do presente programa do procedimento;
 - b) Confirmar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Prestar caução, caso seja exigida.

Artigo 19.º

Caução

Não será exigida a prestação de caução.

Artigo 20.º

Redução do contrato a escrito

O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel, que deverá conter, sob pena de nulidade, os elementos previstos no artigo 96.º do CCP.

Artigo 21.º

Ajustamentos ao conteúdo do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamento ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos, nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.
3. Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 22.º

Notificação e aceitação da minuta de contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo anterior.
2. Não havendo lugar à prestação de caução, a minuta do contrato a celebrar deve ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 18.º do presente programa do procedimento.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 23.º

Reclamações da minuta de contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta de contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 24.º

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta, referidos no presente programa de procedimento.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 25.º

Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca, se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

-
2. Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
 3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
 4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

Artigo 26.º

Encargos do concorrente

São encargo do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, emissão de seguros o visto prévio do Tribunal de Contas, quando a eles houver lugar.

Artigo 27.º

Comunicações e notificações

As notificações e comunicações serão feitas diretamente na plataforma eletrónica de contratação Vortal.

Artigo 28.º

Prevalências e direito aplicável

1. As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio do fornecimento a que diz respeito que com elas estejam desconformes.
2. Nos termos do artigo 280.º do CCP, a tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contractos Públicos, atualmente em vigor, e, subsidiariamente, na demais legislação aplicável.

Anexo I

Declaração de Aceitação

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1. _____ (nome, número de documento de identificação e morada) _____, na qualidade de representante legal de _____⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) _____, tendo tomado inteiro conhecimento do caderno de encargos relativo á execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ n.º _____/20____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁽³⁾:
 - a) _____;
 - b) _____.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por crime que afete a sua honorabilidade profissional⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional]^{(5) (6)};
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional^{(8) (9)}];
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuição para a segurança social em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal]⁽¹⁰⁾;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal]⁽¹¹⁾;
 - f) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º, da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho⁽¹²⁾;
 - h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º;

⁽⁴⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;

⁽⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;

⁽⁶⁾ Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva;

⁽⁷⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;

⁽⁸⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;

⁽⁹⁾ Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva;

⁽¹⁰⁾ Declarar consoante a situação;

⁽¹¹⁾ Declarar consoante a situação;

⁽¹²⁾ Declarar consoante a situação;

obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] ⁽¹³⁾;

- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes⁽¹⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾] ⁽¹⁶⁾:
- i) Participação em atividades de uma organização criminoso, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum 98/773/JAI do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum 98/742/JAI do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, a concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O declarante tem pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____, _____ de _____ de _____ .

Assinatura (s) ⁽¹⁷⁾ _____.

(Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e demais diplomas legais, os documentos submetidos na plataforma eletrónica, pelas entidades adjudicantes e pelos operadores económicos, devem ser assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada)

⁽¹³⁾ Declarar consoante a situação;

⁽¹⁴⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação;

⁽¹⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação;

⁽¹⁶⁾ Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva;

⁽¹⁷⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;

Anexo II

Modelo de proposta de preço

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

_____ [denominação social, sede, capital social, número de identificação fiscal e número de matrícula no registo comercial]_____, representada por _____ [nome, número de documento de identificação e morada]_____, tendo tomado perfeito conhecimento do teor do programa do procedimento e do caderno de encargos do concurso público n.º ____/DAC/20____, para aquisição de serviços de recolha, transporte e destruição de veículos em fim de vida, material ferroso e não ferroso, e cartão, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas propõe-se executar o fornecimento nas condições pressupostas.

- a) Os preços unitários dos materiais, sem inclusão da correspondente taxa legal do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), encontram-se mencionados no anexo *Excel* da presente proposta;
- b) As taxas legais do IVA aplicável encontram-se mencionadas no anexo da presente proposta;
- c) Em anexo, constam igualmente _____ outros elementos ou documentos _____ que se considera oportunos.

Mais declara que renuncia ao foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação em vigor.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura (s) _____.

(Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e demais diplomas legais, os documentos submetidos na plataforma eletrónica, pelas entidades adjudicantes e pelos operadores económicos, devem ser assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada)

Nota relevante: Os concorrentes poderão apresentar proposta a tantos lotes quantos se considerem capazes, desde que reúnam todas as condições necessárias e legais para o efeito, não invalidando que submetam apenas proposta para um só lote.